

## Apresentação

**José Maria Jardim**\*

**Ana Celeste Indolfo**\*\*

As configurações do Estado contemporâneo vêm sendo significativamente alteradas nas últimas três décadas. Essa percepção tende a ser mais evidente quando reconhecemos a historicidade do Estado-Nação como invenção do século XIX e suas transformações. A emergência de processos econômicos que reordenam o capitalismo internacional, especialmente a partir do final do século XX, coloca em cheque estruturas e modos de funcionamento do Estado.

No epicentro desse processo, as tecnologias da informação têm alterado significativamente um aspecto inerente ao funcionamento do Estado: seus modos de produção e uso da informação. Processos, produtos e agentes de informação alteram e são alterados por novas dinâmicas, sobretudo as que resultam das demandas sociais por transparência. O direito à informação governamental ganha contornos jurídicos e passa a ser objeto de políticas públicas e regimes democráticos. Da mesma forma, o direito do cidadão à privacidade, face à crescente capacidade de vigilância do Estado e das corporações privadas.

A ampliação das chamadas Leis de Acesso à Informação Pública nas últimas décadas em vários países reflete e favorece esse cenário de mudanças. Como tal, a governança da informação governamental e a construção de mediações informacionais entre Estado e sociedade são tópicos cada vez mais presentes nas questões políticas contemporâneas.

Este número da *Liinc em Revista* procura contemplar vários aspectos desse quadro histórico, considerando em especial a realidade brasileira sob a recente aprovação da Lei de Acesso à Informação (LAI), a Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011.

Como observado quando do lançamento da proposta deste número, o acesso à informação governamental tornou-se um tema frequente na agenda política brasileira a partir da sua inserção, nos anos de 1980, no processo de democratização do país. A Constituição de 1988 consagrou o acesso à informação governamental, marco político-jurídico cuja regulamentação tardou vinte e três anos. Tanto tempo para que tal avanço democrático ganhasse seu regime jurídico talvez seja a expressão de como a opacidade informacional do Estado brasileiro consolidou-se como exercício de poder ao longo da história do Brasil.

Na proposta deste número foram lançadas algumas questões que buscaram provocar pesquisadores de vários campos acadêmicos na busca por interpretações sobre o acesso à informação governamental, especialmente no cenário brasileiro pós Lei de Acesso à Informação (LAI).

---

\* Doutor em Ciência da Informação (UFRJ/IBICT). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor Associado do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos. Coordenador do Programa de Gestão de Documentos e Arquivos. Avenida Pasteur nº 458, Urca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.290-240. Tel.: 21-2542-2034. E-mail: jardimbr@unirio.br

\*\* Doutora em Ciência da Informação. Analista do Arquivo Nacional e Professora Adjunta da UNIRIO. Praça da República, 173 Centro - Rio de Janeiro, RJ. Telefone (21) 2179-1248. E-mail: indolfo@bol.com.br

Evidentemente, essas “provocações” têm um alcance mais amplo do que o pretendido pela edição de um número especial de uma revista científica. Como resultado, chegamos a um painel de reflexões que demonstra a diversidade de olhares e práticas relacionada ao acesso à informação governamental. Paralelamente, oferece vários caminhos ao leitor, indica a complexidade do tema e reitera as demandas pela produção e difusão de conhecimento a respeito.

O artigo de Perrine Canavaggio oferece-nos uma reflexão sobre os desenhos de implementação de Leis de Acesso à Informação no cenário internacional, constituindo-se num excelente ponto de partida para a leitura das contribuições dos demais autores.

Emília Barroso Cruz aborda dimensões jurídicas do direito à informação governamental. A gestão da informação arquivística governamental no marco da LAI é objeto das reflexões de José Maria Jardim. Gilberto Fladimar Rodrigues Viana e Telma Campanha de Carvalho Madio averiguam a aplicação da LAI em projetos do Centro de Artes e Letras da Universidade Federal de Santa Maria. A elaboração de indicadores de «Transparência Ativa» em portais das universidades públicas federais é discutida por Georgete Medleg Rodrigues.

Tendo como território de observação a Universidade Federal de Pernambuco, Kátia Santiago Ventura, Sandra de Albuquerque Siebra, André Felipe de Albuquerque Fell relacionam a perspectiva sistêmica com a implantação da LAI. Raquel Sobral Nonato estuda a transparência dos dados sobre Compras Públicas Sustentáveis do estado de São Paulo. Fernando de Assis Rodrigues e Ricardo César Gonçalves Sant'Ana examinam como Modelos de Dados Multidimensionais podem favorecer da “Transparência Ativa”. A implantação da Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE), considerando o acesso à informação geográfica na formulação de políticas públicas é o alvo das análises de Cely Martins Santos de Alencar e Plácida Leopoldina da Costa Santos.

Andressa de Almeida França, Carlos Roberto Massao Hayashi, Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi analisam o Portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação sob um modelo de análise de transparência da informação pública na Web. A disseminação de conteúdos informacionais do sítio da Assembleia Legislativa da Bahia é investigada por José Carlos Sales dos Santos, considerando norteamentos conceituais do Governo Eletrônico. Ana Celeste Indolfo debate as percepções sobre a Lei de Acesso a Informação por parte dos servidores dos serviços arquivísticos do Executivo Federal.

Por fim, Claudio Abramo, diretor executivo da Transparência Brasil, aponta vários desafios a serem superados para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação no Brasil.

Sem a contribuição desse conjunto de autores e de dezenas de avaliadores mobilizados nesta edição, não seria possível a produção deste dossiê. A todos, os nossos profundos agradecimentos, assim como aos membros do corpo editorial da *Liinc em Revista* pelo convite, constante apoio e a confiança depositada em nosso trabalho.